



▼ EUSTÁQUIO GOMES
eusta@unicamp.br

Esta edição traz um interessante levantamento dos principais nomes que emergiram dos laboratórios e salas de aula da Unicamp para os estamentos governamentais nos seus três níveis: federal, estadual e municipal. Trata-se de um denso contingente de professores que, após exercer durante anos a prática acadêmica da formulação de políticas públicas, foram desafiados a materializá-las no exercício do poder.

A lista se atém ao primeiro escalão dos três estamentos e por isso não é completa. Dezenas de outros docentes ligados à Unicamp e não mencionados nesta edição permeiam ministérios, secretarias de Estado, secretarias municipais e desempenham importantes papéis em postos-chave da administração pública.

Nem todas as universidades estão preparadas para fornecer quadros com a constância e a densidade com que o tem feito a Unicamp. A Universidade de São Paulo, sem dúvida, tem sido um celeiro de cérebros para as políticas públicas desde a década de 50. Antes dela, eram sobretudo as faculdades de Direito e Medicina espalhadas pelo País que cumpriam esse papel. Num passado mais remoto, a formação intelectual da classe dirigente brasileira era feita em Coimbra, Paris e Londres.

A revoada de gestores advindos da Unicamp começou para valer na década de 80, no plano estadual durante o governo Montoro e no plano federal a partir do Plano Cruzado do governo Sarney. De lá para cá, raros governos deixaram de contar em suas equipes com especialistas da Unicamp. A ocorrência do fenômeno corresponde a uma etapa da história da Unicamp a partir da qual ela amadureceu institucionalmente e em que a qualidade de seus docentes passou a evidenciar-se no cenário das opções disponíveis para as políticas públicas. Ou seja, bastaram 15 anos de construção institucional bem arquitetada para que o projeto de Zeferino Vaz começasse a dar frutos no plano social e político, além do acadêmico.

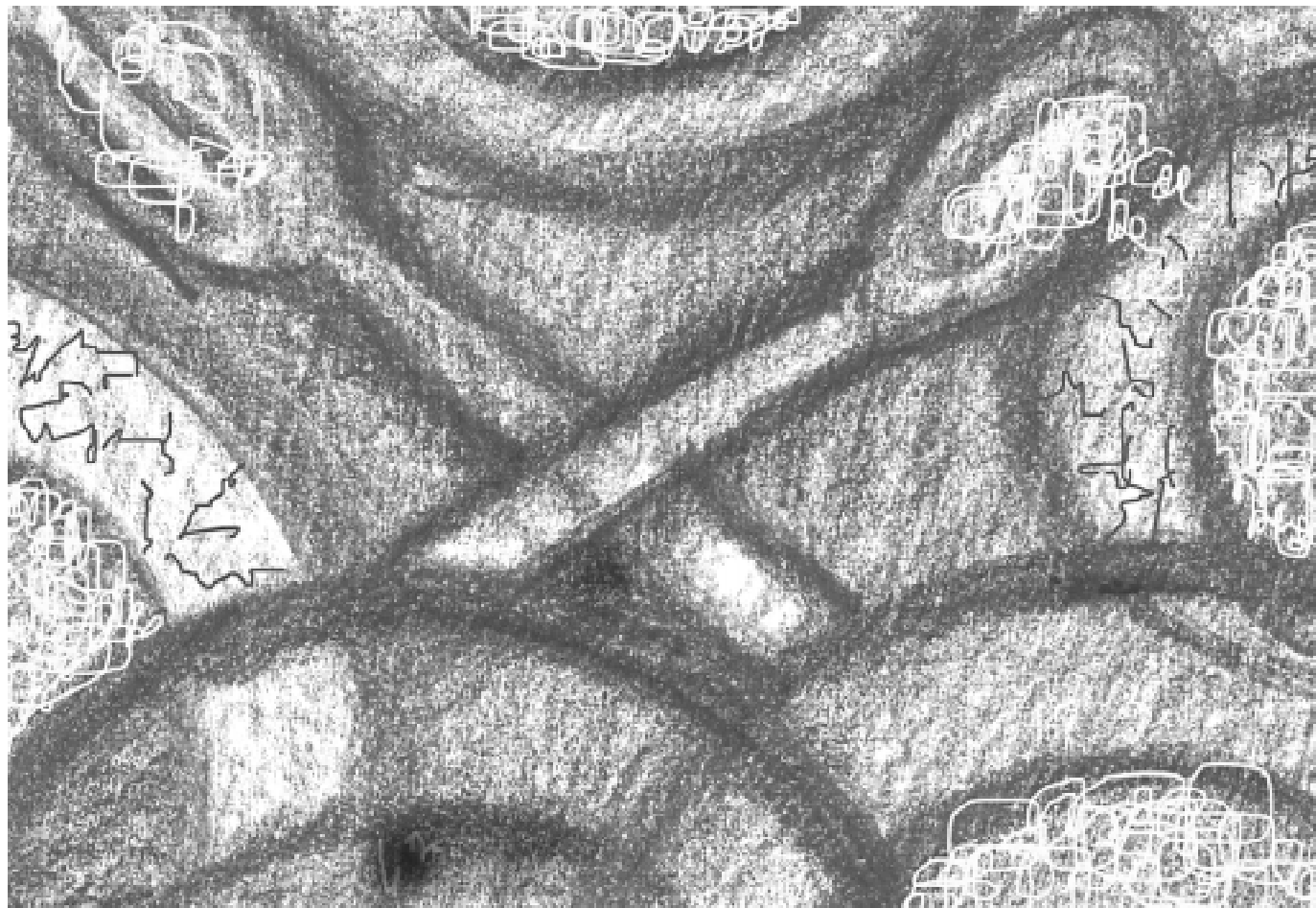
Tudo indica que, independentemente de matiz ideológico ou partidário dos governos que assumem em janeiro de 2003, esta história terá seqüência.

▼ DENISE COITINHO

O Fome Zero e a Bolsa Alimentação



Ilustração: Félix



Neste momento em que a sociedade brasileira discute os rumos e os meios do combate à fome no país, o *Jornal da Unicamp* da semana de 11 a 17 de novembro, publicou entrevista com José Graziano, intitulada "Os fundamentos do programa Fome Zero". Nesta matéria, quando perguntado sobre a diferença entre o Fome Zero e o Bolsa Alimentação, Graziano faz várias observações que merecem alguns esclarecimentos e comentários.

Segundo Graziano, o Programa Bolsa Alimentação teve início em outubro 2001 com forte caráter eleitoral e como resposta ao lançamento do Fome Zero. Nada poderia ser mais equivocado.

O Programa Bolsa Alimentação foi criado por iniciativa do então ministro José Serra e teve início, em módulo piloto, em julho de 2001. Foi lançado nacionalmente em setembro de 2001, após pelo menos seis meses de debate técnico e político com especialistas, estados, municípios e representantes da sociedade civil. É voltado para famílias com gestantes, mães amamentando e crianças até 6 anos de idade, de baixa renda e em risco nutricional e é complementar à Bolsa Escola, voltado às famílias com crianças em idade escolar.

Nosso programa faz parte da estratégia do governo Fernando Henrique para construir uma Rede de Proteção Social no país, baseada numa nova concepção de programas de transferência de renda que avançam no conceito tradicional. No lugar de uma renda mínima compensatória, tem-se por princípio realizar transferências monetárias às famílias carentes como estratégias de aumento do acesso a alimentos, aos cuidados de saúde e à educação básica, fatores de grande potencial para a redução das desigualdades sociais. Para tal, estabelecem uma espécie de contrato social entre o Estado e a família para qual o Estado propicia os servi-

ços básicos de saúde e educação e o apoio monetário, enquanto a família garante a frequência à escola, os cuidados nutricionais e o cumprimento de uma agenda de saúde com caráter preventivo (vacinação, pré-natal, acompanhamento do peso da criança, amamentação, participação em atividades educativas, etc.).

O repasse financeiro é realizado por cartão magnético - o Cartão do Cidadão - o que tem se mostrado eficiente e simbólico, fortalecendo o papel da mulher dentro da comunidade e como protagonista familiar. Seu uso propiciou a eliminação de passos administrativos intermediários, reduziu a ingerência política e clientelista e contribuiu para a diminuição dos custos operacionais. Esses novos rumos têm representado um ganho fundamental de autonomia das mulheres e o encontro da simplicidade na complexidade.

Com toda a experiência que acumulamos na adesão ao programa em 4.976 municípios brasileiros, já beneficiando 1 milhão e 400 mil pessoas. Nossas avaliações por amostragem aleatória de beneficiários têm mostrado que distribuição de recursos financeiros tem se mostrado eficaz para melhorar a alimentação destas famílias. Alguns dados exemplificam esta afirmativa:

a 99,6% das mães gastam os recursos recebidos com alimentos. Adquirem, preferencialmente, leite, frutas, arroz, feijão, verduras e carnes, nesta ordem. Além de alimentos, cerca de 30% das mães também adquirem outros produtos como materiais de limpeza e higiene e roupas;

b a mãe realmente deve ser respeitada na sua capacidade de gerenciar seus recursos em prol de sua família porque esse é um componente fundamental no ganho de auto-estima da mulher, que também contribui para a melhoria de

suas condições de vida;

c a orientação dos Agentes Comunitários de Saúde tem maior potencial para que as mães melhorem a alimentação de suas famílias, do que qualquer tentativa de pré-estabelecer uma pauta de alimentos "permitidos" para serem adquiridos;

d que o mais bonito e até emocionante de se observar nos programas de transferência de renda são as feirinhas de pequenos produtores rurais que se formam nos pequenos municípios no dia do pagamento dos benefícios, criando mercado para o excedente da produção familiar e animando a economia local.

Rica experiência – Muito mais teríamos a relatar sobre a rica experiência de trabalho que temos tido e creio que acumulado para o nosso país em direção à realização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas para todos os cidadãos brasileiros.

Aprendemos que só se alcançam objetivos deste vulto, atuando de forma agregadora, sonhando coletivamente e construindo caminhos. Que não existem fórmulas ou modelos únicos e mágicos e que a flexibilidade é ingrediente essencial do processo de implantação de qualquer política pública, frente à heterogeneidade e complexidade de realidade brasileira, que é única. O que existem são desafios e caminhos a serem trilhados e consolidados ao longo do tempo, num processo progressivo de agregar e adequar estratégias ao que já foi conquistado.

Tenho convicção de que demos passos importantes para esta jornada com seriedade, determinação, responsabilidade e muito trabalho. E que nosso esforço tem sido sempre balizado pela ética.

A médica Denise Coitinho é diretora do Programa Bolsa Alimentação do Ministério da Saúde

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz. Vice-reitor José Tadeu Jorge.
Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.
Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.
Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.
Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail imprensa@unicamp.br. Coordenador de imprensa Clayton Levy. Editor Alvaro Kassab. Redatores Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti e Dário Crispim. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Dário Mendes Crispim. Ilustração Félix. Arquivo Antonio Scarpineti. Serviços Técnicos Dulcineia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. Impressão ArtPrinter Gráficos & Editores (0xx11) 6947-2177. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569.